

Deriva das masculinidades: o grupo como dispositivo de transformação

The Drift of masculinities: the group as a transformation device

Deriva de las masculinidades: el grupo como dispositivo de transformación

Mariza Lacerda Gomes¹
Cleber GibbonRatto²

Resumo: Deriva das masculinidades: o grupo como dispositivo de transformação. Neste ensaio apresentamos a experiência de um grupo reflexivo de homens que cometeram violência contra mulheres organizado no âmbito do poder judiciário em Porto Alegre, RS. Discutimos o dispositivo grupal como espaço potente de ultrapassagem da culpabilidade e evocação da violência no âmbito dos discursos e práticas jurídicas. Entendemos o grupo como dispositivo político de exercício de ocupação do espaço público com possibilidade de constituir novos sentidos existenciais e promover saúde coletiva assim como (trans)formações das masculinidades.

Palavras-chave: masculinidades; grupo; violência.

Abstract: The drift of masculinities: the group as a transformation device. In this essay we present the experience of a reflective group of men that committed violence against women organized by the justice system in Porto Alegre, RS. We discuss the group device as a potent space to overcome guilt and evocation of violence in the frame of the juridical discourse and practice. We understand the group as a political device to exercise the use of public space with the possibility of constituting new existential meanings and of promoting community health and the (trans)formation of masculinity.

Keywords: Masculinities. Group. Violence.

Resumen: Deriva de las masculinidades: el grupo cómo dispositivo de transformación. En este ensayo presentamos la experiencia de un grupo de reflexión para hombres que cometieron violencia contra mujeres organizado en el ámbito del poder judicial en Porto Alegre, RS. Discutimos el dispositivo grupal como un espacio de potencia para sobrepasar la culpabilidad y evocar la violencia en el ámbito de los discursos y practicas judiciales.

¹ Psicóloga, Especialista em Projetos Sociais, Culturais e Avaliação. Contemporâneo - Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade, Porto Alegre. E-mail: marizalgomes@gmail.com.

² Pesquisador do CNPq. Psicólogo. Doutor em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação do UNILASALLE e Mestrado profissional em Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista – IPA. E-mail: cgratto@hotmail.com.

Artigos

Entendemos el grupo como un dispositivo político para ejercer la ocupación del espacio público con posibilidad de construir nuevos sentidos existenciales, promover salud en el colectivo y (trans)formaciones de las masculinidades.

Palabras Clave: masculinidades; grupo; violencia.

Introdução

Pistas que orientam o percurso

Refletir sobre as instituições e seus dispositivos constitui uma tarefa também do campo da Psicologia. Cada vez mais o psicólogo intervém em processos que emergem dos movimentos organizados da sociedade em seus desdobramentos. Questões tais como relações de gênero, saúde e cidadania se fazem presentes nas suas práticas cotidianas. Estudos de gênero em diferentes campos do conhecimento estão ligados às lutas dos movimentos feministas que tiveram uma fundamental importância para garantia de direitos das mulheres e trouxeram importantes contribuições no cenário social. Entre outras, destaca-se a implementação de leis de proteção contra a violência doméstica e familiar.

Na última década a sociedade brasileira organizada e o poder público vêm implementando políticas institucionais para atendimento e enfrentamento das demandas da violência doméstica. A organização das Nações Unidas (ONU) avalia que a violência contra as mulheres persiste em todos os países do mundo como uma violação contundente dos direitos humanos e como um impedimento na conquista da igualdade de gênero, sendo que a maior parte dos países ainda não adota uma abordagem multidisciplinar e coordenada no combate e na prevenção da violência contra as mulheres que inclua o sistema judiciário, o cuidado à saúde, a mídia e o sistema educacional (ONU, 2006).

Desdobramentos políticos e culturais das políticas relacionadas ao enfrentamento da violência de gênero foram firmados em várias conferências internacionais. Para responder essa demanda, no Brasil, foi sancionada em 2006 a Lei Maria da Penha (LMP, 2006), criando um conjunto de diretrizes e dispositivos de proteção. Conjuntamente, propostas surgem quanto à necessidade de criar dispositivos e atividades reflexivas com homens que cometeram violência contra mulher, na tentativa de buscar alternativas de interromper o ciclo de violência

Artigos

e buscar o engajamento dos homens nesse processo de prevenção de violência intrafamiliar e de gênero, tratando o problema como de saúde pública e coletiva³. De acordo com o Ministério da Saúde (2001), a violência se manifesta clinicamente de forma crônica ou aguda, mental e física.

Neste ensaio discutimos como um grupo operativo de reflexão instituído pelo judiciário pode operar enquanto dispositivo de (trans)formações das masculinidades. Discutimos como grupos reflexivos de homens que cometeram violência contra mulher podem ser espaços potentes de intervenção, pelas suas dinâmicas, suas problemáticas, seus encaminhamentos. Esses espaços de intervenção constituem um campo vasto para procurar entender as dinâmicas dessas demandas institucionais, no que diz respeito às subjetividades, à implementação de políticas públicas no contexto contemporâneo. Entendemos que não é possível propor ações de proteção às mulheres vítimas de violência sem incluir o envolvimento dos homens que praticaram agressão contra mulher na implementação dessas políticas. Essa violência expressa um conflito entre duas partes que participam de uma relação e um mal-estar de um modelo hegemônico de masculinidade.

Escrevemos a partir da experiência da primeira autora como estagiária num grupo operativo de reflexão para homens que cometeram violência contra mulher, no Fórum Central de Porto Alegre. A participação no grupo era acordada em audiência como alternativa de suspender temporariamente o andamento do processo no âmbito da LMP (2006).

Para ilustrar este ensaio transcrevemos fragmentos das anotações realizadas durante essa experiência, na tentativa de um movimento de recuperar algo que ajude nas reflexões aqui desenvolvidas.

Defendemos neste ensaio que esses grupos podem não só atender à resolução da problemática judicial, mas constituir-se também como um dispositivo para acolher e promover outros entendimentos da problemática existencial de cada participante, (re)significando modos de vida. Esses grupos, que inicialmente se realizam como um dispositivo normatizador da LMP (2006), podem ter potencial para além da judicialização, que é a perspectiva instrumental ao serviço da justiça para a reparação criminal. Os grupos

³ Saúde pública é vista na perspectiva reguladora de políticas de Estado, com características de um modelo biomédico e sanitário, enquanto que saúde coletiva, segundo Lima e Santa (2006, p. 9), “é uma forma de abordar as relações entre conhecimentos, práticas e direitos referentes à qualidade de vida”.

Artigos

reflexivos, a partir dos seus encontros e suas dinâmicas, podem operar clinicamente sem se tratar de psicoterapia grupal, e têm potencial para provocar mudanças que acabam transformando modos de existir. Os grupos reflexivos podem constituir-se como uma prática “psi” voltada para refletir sobre os efeitos dessas intervenções, e como um lugar outro que não seja fixado unicamente numa função normatizadora. Atualmente nossos desafios no campo “psi” cada vez mais se ampliam. Saímos do campo unicamente dos consultórios privados e nos colocamos frente a todas as complexidades que envolvem as relações humanas na sociedade. Assim, as intervenções “psi” nos grupos operativos de reflexão também vêm ao encontro da promoção dos direitos humanos e da saúde coletiva.

Este ensaio não pretende ser conclusivo e nem vir a caracterizar-se como um estudo de caso. É um exercício de olhar uma problemática dentro de uma rede de forças nas suas processualidades, implicando assim esta experiência num tempo presente. É algo que se produz simultaneamente na escrita, no pensamento e na vida. Segundo Larrosa (2004), trata-se de “uma relação entre experiência e pensamento, entre experiência e subjetividade, e experiência e pluralidade” (p. 31) ou “[...]olhar a existência a partir dos possíveis, ensaiar novas possibilidades de vida [...]” (p. 37) ou “uma crítica reflexiva, dobrada sobre si mesmo” (p. 39). É uma tentativa de imprimir contornos na provisoriedade de um pensamento, uma tentativa de ressonância da experiência, uma espécie de observatório sensível.

Trajetória grupal

Para cumprimento do acordo judicial no âmbito da LMP (2006), os acusados de agressão contra mulher estavam condicionados à obrigatoriedade do comparecimento em 12 encontros semanais com direito a 2 faltas, no máximo. Os grupos tinham de quatro a dezesseis participantes homens, com idades entre 20 e 50 anos. As reuniões eram semanais, com duração de duas horas, e se realizavam nas dependências do Fórum Central. A primeira autora acompanhou os grupos como estagiária e voluntária no período de agosto de 2012 a outubro de 2013. As reuniões contavam com uma coordenadora servidora da equipe multidisciplinar da Vara de Família e Violência Doméstica, com formação em Psicologia, mais duas estagiárias de Psicologia e eventuais observadores. O trabalho do grupo iniciava com cada um falando um pouco de si, do que passou na semana, e a discussão era

Artigos

desenvolvida a partir dos assuntos que o grupo trazia. Geralmente era apresentado um vídeo sobre violência doméstica para estimular a discussão.

Considerando que esses grupos de reflexão, mesmo tendo um enquadre estável de frequência e funcionamento, e sendo constituídos como um dispositivo dentro de uma ordem institucional, seu funcionamento ainda é uma proposta de um projeto em aberto. Mesmo garantindo a efetivação da demanda da LMP (2006), não se atrela necessariamente a discursos conservadores com a finalidade do restabelecimento da ordem. Portanto, deixa frestas no campo de ação com potencial de subverter as linhas duras do Estado.

Diferentes formas de pensar o Grupo se estabelecem em diferentes espaços de intervenção, não só enquanto experiência, mas também enquanto um vasto campo de conexão de modos de existências. Na literatura encontram-se diferentes entendimentos sobre o fazer grupal. O “grupo operativo é a primeira instância de ancoragem do cotidiano” (Pichon-Rivière, 2009, p.245), é grupo centrado na aprendizagem, e “a estrutura e função de um grupo qualquer, seja qual for seu campo de ação, são dadas pelo interjogo de mecanismos de assunção e atribuição de papéis”(Pichon-Rivière, 2009 p. 173).

Os grupos operativos serviriam para tencionar estruturas estereotipadas que dificultam novas aprendizagens e comunicação diante do medo da mudança e temor ao desconhecido. Para o psicanalista suíço naturalizado argentino, todo processo de cura implica mudança superando a cristalização dos modos de vida e interação. Os grupos operativos funcionam com afetos, experiências e conhecimentos. A proposta de Grupos operativos envolve intervir na realidade no aqui-e-agora na tentativa de superar e resolver através da tarefa grupal situações fixas e dilemáticas, passando da resistência à mudança do sujeito para a vida.

Para Bion (apud Schramm, 2013), em todo grupo há dois grupos presentes, duas formas de funcionar: o “grupo de trabalho” e o “grupo de suposição básica”. “As suposições básicas são estados emocionais que evitam a frustração que está relacionada com o trabalho e o aprendizado dos próprios esforços, sofrimento e contato com a realidade” (Osório, 1986, p. 59). No grupo vão se encontrar estados de dependência, de ataque- luta e fuga e acasalamento. Aspectos ansiogênicos das nossas primeiras vivências interferem obstruindo as emoções. Para

Artigos

Bion (apud Schramm, 2013), o acontecer global do grupo emerge do grupo; o grupo vai se autogestionando, criando uma mentalidade grupal que virá a ser a expressão da vontade do grupo, criando assim uma cultura de grupo onde os desejos individuais devem ser diluídos. Enquanto grupo de trabalho predomina o estado racional em que ocorrem intercâmbios e cooperação.

Já Barros (1995, p. 4-10) entende que o grupo é um dispositivo que funciona “como uma fissura, uma fenda que segment[a] de forma flexível os territórios existenciais tão marcados pelos funcionamentos ‘individualizantes’, abrindo passagens para a multiplicidade de subjetividades outras”, deslocando o conceito “do campo jurídico-funcionalista para o histórico-político”, recuperando “sua historicidade e sua capacidade de instaurar movimentos”. Para Barros (2009), o grupo pode ser entendido nas suas trajetórias do devir grupal, que falam de sua conformação, das possibilidades de mudanças e transformações dos seus múltiplos entrelaçamentos e acontecimentos.

O que nos convoca a falar de um grupo de homens instituído pelo judiciário é refletir sobre nossas práticas como fonte inspiradora, não como um movimento universal, mas como uma tentativa de recuperar detalhes que nos evoquem a conexão a outros entendimentos e afirmação da vida. Apesar de esse grupo ter como referencial a ideia de ser um grupo operativo, que segundo a visão de Pichon-Rivière (2009) é uma unidade, uma tarefa, envolvendo novas aprendizagens, os seus movimentos internos são múltiplos.

Neste ensaio, procuramos nos aproximar de outros desenhos possíveis que o grupo produziu nos seus desdobramentos, os quais escaparam das dicotomias que supostamente embasam sua constituição: homem/mulher; vítima/agressor; público/privado.

Entendemos o grupo como dispositivo vinculado a processos de experimentação e (re)apropriação de outros sentidos existenciais que favoreçam uma relação com a própria existência. Essa perspectiva é marcada pela dissolução da ideia de unidade, de uma totalidade hegemônica do ser masculino e da coisificação que determina o lugar do sujeito ali para efeitos da lei. O que me motiva a pensar sobre o grupo como dispositivo foi perceber que no decorrer dos encontros os participantes produziam movimentos que se misturavam e

Artigos

ressoavam algo novo. Assim, movimentos micro-políticos implicados nas subjetividades plurais dessas masculinidades eram visibilizados nessas linhas de forças. Segundo Barros (1994, p. 152), o grupo como dispositivo “poderá servir às descristalizações de lugares e papéis que o sujeito-indivíduo constrói e reconstrói em suas histórias”.

É importante refletir sobre o papel do homem-agressor não como uma identidade fixa, mas questionar os preceitos naturalizados das heranças patriarcais e do estereótipo machista nas dinâmicas dos relacionamentos interpessoais, e da falta de equidade entre homens e mulheres. Os homens não nascem violentos, aprendem a ser violentos. A associação entre masculinidade e violência é uma construção cultural, por isso a importância de refletir sobre os cruzamentos de linhas com uma perspectiva de múltiplas masculinidades e múltiplas violências, desterritorializando as identidades fixas das quais se servem o discurso jurídico e, não raro, o próprio discurso psicológico.

Neste ensaio não tratamos de estabelecer saberes sobre as necessidades do grupo, mas recuperar o que se faz singular, alguns detalhes para fazermos outras perguntas a partir dessa experiência. Para isso nos encontramos com a perspectiva de Larrosa (2004, p. 39) em que o “ensaio funciona como uma crítica imanente. A crítica é parcial, provisória, aberta sem fundamentos transcendententes”. Trata-se mais de falar de uma experiência ligada ao pensamento, uma perspectiva marcada pela dimensão da transversalidade que ajuda a acompanhar os movimentos concebidos como forma de intervenção política indissociável da dimensão da clínica que está para além dos ajustamentos a papéis esperados. Assim, transversal corresponde ao emergir de uma pesquisa intervenção que desnaturalize o que vêm instituídos, e convoque outras forças. Para Larrosa:

O ensaio surge quando se abre a possibilidade de uma nova experiência do presente. Primeiro, quando o passado perdeu toda a autoridade e, portanto volta a ser lido a partir do presente, mas sem nenhuma reverência, sem nenhuma submissão. Segundo, quando o futuro aparece como algo tão incerto, tão desconhecido, que é impossível se projetar nele. Terceiro, quando o próprio presente aparece como um tempo arbitrário, como um tempo que não foi escolhido, como um tempo que só pode ser tomado como uma morada contingente e provisória, na qual sempre nos sentimos estranhos; como um tempo que escorre constantemente das nossas mãos, resistindo a qualquer uma das

Artigos

nossas tentações de fixá-lo, de solidificá-lo, de traçar sua forma e o seu perfil (Larrosa, 2004, p.33).

Podemos também vir a pensar esse ensaio como uma escrita híbrida em que flertamos com a escrita do que alguns autores chamam de cartografia, ancorada no compromisso e interesse com implicação na realidade, como intervenção, no sentido de interpor-se no acontecimento, algo que precisa ser inventado. Segundo Passos e Barros (2010, p. 17), “a diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seu resultado”.

Assim, neste trabalho, re-ensaiamos essa experiência como um re-encontro de tempos sobrepostos, numa implicação modificada e indissociável do fazer e compreender esse campo da prática terapêutica. Os encontros com o grupo operativo de reflexão de homens que cometeram violência contra mulher produziram na terapeuta diferentes inquietações e tensionamentos, refletindo em aproximações com o curso da própria vida, convocando a desestabilizar fronteiras com possibilidades de abrir passagem ao impensável na composição inicial dessa demanda, levando-nos para outro lugar de pensar as alteridades. Para Passos e Barros (2010, p. 172-173), “a pesquisa é intervenção” e o registro “ganha função de dispositivo” de análise e serve como “disparador dos desdobramentos da pesquisa”. Refletir sobre grupos e processos grupais possibilita a construção desta escrita onde procuramos traduzir atravessamentos num encontro misturado de teoria e de prática, ciente de que neste trabalho mais abrimos leques para abanar outros ventos do que oferecemos respostas ou receitas.

Inventário de outras experiências

Programas de intervenção com homens que cometeram violência contra mulher são uma realidade desde a década de 80, principalmente em países como EUA, Canadá, Inglaterra e Austrália. No Brasil, o grande avanço da Lei Maria da Penha (Lei 11. 340/2006) foi reconhecer que a violência doméstica demanda atenção e tratamento multidisciplinar.

Artigos

A efetivação da LMP (2006), art. 27 e 45, correspondentes à adoção de “programas de recuperação e reeducação do agressor” requer condições favoráveis à sua implantação e funcionamento. Entre outros avanços na sociedade brasileira, nessa perspectiva especificamente sobre homens agressores, temos ainda outra lei importante: a Lei 11.489, de 2007, que estabelece o dia 6 de dezembro como Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Porém, apesar desses dispositivos estarem previstos em lei, ainda são pouco oferecidos os programas de intervenção com homens que cometeram violência doméstica no País. Algumas políticas estão sendo implementadas em diferentes localidades no país. Centros e grupos de reflexão para homens agressores pretendem produzir um efeito ressocializador no condenado, pois a maior parte das participações nos programas voltados para homens que praticaram a violência doméstica são compulsórias, determinadas em audiências judiciais.

Entre várias iniciativas nesse sentido, destaca-se o Instituto Noos que vem desde maio de 1994 desenvolvendo atividades com homens envolvidos em violência doméstica intrafamiliar com vistas à articulação de redes sociais e comunitárias e à promoção dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro.

Outras iniciativas pontuais começaram a ser delineadas em 1999 por meio de atividades dirigidas a essa temática, realizadas em Recife, pelo Instituto Papai e, em Brasília, pelo Promundo com o objetivo de ampliar cada vez mais essa rede, sensibilizando profissionais e/ou comunidades em geral. Também estão sendo implementadas experiências no âmbito dos juizados de varas de família e violência doméstica, que impõem como alternativa para suspensão do processo, ou mesmo para cumprimento da pena, a participação em grupos reflexivos. Além disso, há iniciativas como o Pró-Mulher, Família e Cidadania de São Paulo, assim como a Campanha do Laço Branco e o programa H lançado em 2001 e realizado em mais de 20 países, com foco na promoção de saúde e prevenção da violência de gênero por meio de ações educativas.

O primeiro Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero (SerH) fundado com base na Lei Maria da Penha (2006), em outubro de 2008, é de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (Instituto de Estudo Religioso). O projeto é

Artigos

fruto de uma parceria entre Prefeitura, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Ministério da Justiça.

No Estado do Rio de Janeiro (1999), foi criado um dos primeiros grupos de reflexão destinados a homens agressores, que iniciou suas atividades nos espaços do Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM), uma ONG parceira da Prefeitura Municipal de São Gonçalo/RJ. Já na cidade de São Paulo/SP, uma ONG foi criada para colaborar na reeducação de homens agressores. O grupo recebe demandas encaminhadas pela Vara Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Paulo (Observatório Brasil da Igualdade de Gênero).

Visando à ressocialização do autor da violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, um grupo de estudos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em parceria com outros órgãos, desenvolveu um projeto multidisciplinar voltado ao protagonista das agressões. Em Porto Alegre, objeto deste ensaio, o Projeto Piloto de “Grupos Reflexivos de Gênero”, foi implantado em novembro de 2011 no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Foro Central de Porto Alegre, com homens acusados da prática de violência doméstica.

O percurso e as ancoragens

Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos nós cegos, puxo um fio que me aparece solto./ Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os dedos./ É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos, e tem a macieza quente do lodo vivo. /É um rio./ Corre-me nas mãos, agora molhadas./Toda a água me passa entre as palmas, e de repente não sei se as águas nascem de mim, ou para mim fluem [...] (Saramago, 1985, p. 55).

Os movimentos que se instauram no grupo servem como rupturas e afirmação da vida. Percebemos que, mesmo que a demanda venha institucionalizada e que continue um campo de tensão permanente entre os participantes, no decorrer do processo grupal outros movimentos se conectam e se atualizam, misturando multiplicidades de experiências existenciais num outro fluxo que não é somente a evocação da violência:

Artigos

– **D.**, antes não conseguia conversar com ninguém, eu tinha pavor, me senti agora melhor; – **G.**, o jeito que está sendo o grupo é interessante, cada encontro é um assunto, foi bem bom poder falar e desabafar. Até com irmã e com amigos tem assuntos que se evita; – **O.**, Logo que comecei nessa reunião, chegava em casa meio estressado, ficava cobrando dela de ter que vir aqui. Agora volto feliz, tenho que cumprir o erro, pagar. Tenho que vir e vou aprendendo. Hoje chego e ela já pergunta como foi lá; – **C.**, O único lugar de escuta que eu tive foi aqui.

Muitas vezes, o grupo desempenha funções de partilha e espelhamento, constituindo um espaço em que homens apreendem a conversar entre homens sobre outras situações e manifestações emocionais, vindo a questionar estatutos de verdades. O espaço grupal é vivido como uma ambiente que proporciona outras conversas além da ideia do senso-comum do homem só falar de sexo e futebol. Também outros aspectos aparecem em suas falas, tais como classe, raça, violência, mídias, situações de afetos, identificações que proporcionam manifestações mais espontâneas para falar de outros assuntos sem temores de virem a serem questionados em suas masculinidades, suas emoções e desejos.

– **G.**, aqui é bom. Eu consegui dar um conselho para um amigo que estava fora de si. A ex-mulher dele colocava o menino chorando no telefone. E eu consegui ajudar o cara, ele estava muito nervoso, consegui que ele não usasse a violência, a partir da lembrança do grupo. Lembrei da história do guri do F. e daquele dia que ele chegou muito mal e falou e depois saiu sorrindo do grupo. Eu pensei na história dele e consegui.

A participação no grupo e o grupo como espaço potente é confirmado por algumas falas dos participantes sobre suas dificuldades para manifestar seus sentimentos, pensar algumas práticas e relações envolvidas na construção da masculinidade e ao mesmo tempo apoderarem-se e replicarem aprendizagens: – **V.**, para mim também é muito bom, mudou meu pensamento, aqui pelo menos é um lugar que tu podes falar o que pensas; – **G.**, aqui se pode falar o que nem se fala com um amigo; – **C.**, O único lugar de escuta que eu tive foi aqui.

Essas falas manifestam o quanto o grupo vai assumindo sentido para cada um dos participantes como espaço de aprendizagem de dar voz a si e fazer a escuta do outro, não só no grupo como também em outros espaços relacionais, percebendo em si que algo está sendo modificado, o que faz refletir o motivo de estar no grupo, assumindo uma dimensão de continuidade e de outras compreensões comunicacionais. O espaço grupal anima

Artigos

possibilidades de falas como expressão de entendimentos do vivido, as quais servem como disparadores para discutir situações que impulsionam novos olhares sobre suas relações:

– **T.**, não gosto de ir ao médico; – **R.**, isso é questão de cultura, a mídia fala muito em prevenção, mas não para homens; – **P.**, O homem vai fazer exame de próstata e fica bem sozinho, vai em segredo, não é elogiado quem faz; – **D.**, para o homem o exame é visto como um tabu, se comentar já vêm piadinhas; – **E.**, eu não sou homofóbico. – **F.**, é muito complicado, já vivenciei dois casamentos e tudo é muito diferente, minha mãe com o namorado, minhas irmãs. Elas trabalham, xingam os namorados. Acho até estranho, fico viajando nas pilhas dela. Não querem ser submissas. Tenho uma irmã que é skinhead, bate nos filhos. Meu avô se matou porque o porco comeu a perna dele e ele perdeu a perna e não tinha como ter sustento, só a minha avó.

Compartilhar situações vivenciadas que contrariam os papéis de gênero produz uma ampla cadeia de sentimentos e afetos pautados por provocações e questionamentos que atribuem novos significados às noções de igualdade e justiça de gênero. Entre os participantes do grupo, neste contato, outras possibilidades são demarcadas na produção de sentidos para uma compreensão mais ampla, com informações que sinalizam para além do grupo e apontam para uma possibilidade de empoderamento que vai relacionar-se a outros espaços como os de atenção e promoção à saúde. Segundo Medrado e Granja,

A integridade na saúde também como possibilidade de lançar o olhar sobre os homens autores de violência, em suas necessidades de cuidado. [...] o sentido da integridade como valor, atrelado ao apelo à perspectiva de gênero, considerando-o como relacional e performático e, ao mesmo tempo, desencadeador de marcas que, desatreladas do sexo, constroem expectativas e rupturas diante das dimensões masculinas e femininas nos mais variados processos sociais (Medrado, Granja, 2009, p. 33).

No campo da saúde pública, em 2008, o Ministério da Saúde implementou políticas públicas especialmente voltadas aos homens; foi instituída a Área Técnica de Saúde do Homem e publicada, em 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Brasil, 2009).

[...] Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o próprio corpo do rio/ Sobre a minha pele navegam barcos, e eu sou também os barcos e o céu que os cobre, e os altos choupos que vagorosamente deslizam sobre a película luminosa dos olhos/

Artigos

Nadam-me peixes no sangue e oscilam entre duas águas como os apelos imprecisos da memória./ Sinto a força dos braços e a vara que os prolonga [...]. (Saramago, 1985, p. 55-56).

No espaço grupal são comentados aspectos referentes a outros pertencimentos relacionados a entendimentos do mundo da vida, os quais envolvem aspectos culturais, diferenças de gêneros, que expressam modos de pensar pautados nos ideais tradicionais ali problematizados. Muitas vezes ainda são atribuídos significados parciais, como confundir igualdade de gênero com a mulher ir ao trabalho e ele cuidar da casa em determinados períodos. Algumas falas nos grupos corroboram a ideia de que o grupo passa a ser um território de possibilidades onde gradativamente, através do que é trazido pelos participantes, vão se constituindo espaços de confiança básica de escutas, muitas vezes promotoras de alívios de tensões emocionais, de reparações, de solidariedades, no sentido de uma aposta no que pode vir a ser potencializado no encontro, no cuidar, no ouvir, no estar com o outro:

– **R.**, [...] todos os homens pensam assim, é difícil pensar diferente, não sabe o que a mulher passa; **V.**, Com ajuda de vocês consigo compreender melhor. Antes quando chegava em casa queria comida e tudo pronto; – **R.**, tem cara que não trabalha, fica em casa, a mulher que trabalha e ele fica em casa com as crianças. Eu não fico em casa nunca. Pra homem ficar só em casa é chato; – **D.**, se coloca no lugar dela, ficar em casa também é chato — **M.**, lá em casa não tem isso de homem. **V.**, aquela relação que as mulheres fazem tudo, hoje é diferente.

Questões relacionadas a diferentes masculinidades são introduzidas desde cedo na vida do menino, estereótipos de subjetivações de uma masculinidade hegemônica assumida como um modelo a ser seguido, ritualizando papéis do manifestar o que vem a ser o masculino ou feminino, causas de grandes sofrimentos. No convívio no grupo os participantes fazem uma ligação com o que sentem em relação ao que é imposto, gerando um cuidado que ao mesmo tempo que auxilia, volta-se para si e multiplica-se como uma rede de ressonância produzindo novos efeitos e acontecimentos.

Lembrando Bion, o grupo pode vir a oferecer um continente aos seus participantes, acolhendo seus pares, suas angústias e desejos, promovendo transformações, sobre o que destaca Balint (apud Peixoto, 2013, p. 104), a respeito da “possibilidade sempre renovada, de novos começos”.

[...] por meio de uma atmosfera asseguradora, o grupo torna-se um espaço indulgente no qual se ousa confiar, discutir erros ou dificuldades, em benefício de uma relação mais espontânea e de uma implicação pessoal, com auxílio de uma audiência ao mesmo tempo simpática e crítica. (Balint apud Peixoto, 2013, p.93).

Algumas falas interrogam os tempos em que vivemos, em que persistem algumas divisões de papéis de uma identidade legitimadora padronizada que envolve os homens num conflito existencial no qual ressentem a perda de um lugar. As implicações de redescobrir capacidades de afirmar-se de outra maneira levam à reflexão sobre suas experiências e suas redes de significações:

– **M.**, conheço mulheres que têm maior nível de agressividade do que os homens, só que a gente é mais forte, quando revida, acerta; **A.**, eu nunca pensei que fosse registrar uma ocorrência contra a minha mulher ... fui na DP falar que a mulher me bateu e o cara riu de mim achando que sou fraco...Elas dizem que nós somos uns monstros, mas ela poderia ter me matado, me ameaçou com faca ... tu vai e diz que apanhou e o cara fica rindo, dizendo, como tu apanhou se tu é mais forte, grande; – **L.**, Tu só conseguiu ir dar parte porque tu vem no grupo; – **A.**, ela me ligou ameaçando, e dei parte dela, não sou forte nem tão alto, nem rico, fui e denunciei; não sou “marginal”; essa coisa de homem machão, homem também é vulnerável; dei queixa quatro vezes, e o delegado ficou dando conselhos para eu desistir da queixa; na última vez era uma escritã, que defendeu a figura feminina, e falei que queria fazer uma representação.

Os homens no grupo discutem suas relações interpessoais, marcadas por uma identidade pré-estabelecida acerca dos lugares e funções de homens e mulheres, pensando suas implicações e atribuindo significados a esses papéis, que se dissolvem como categorias fixas vivenciadas pelas masculinidades nas necessidades do dia-a-dia, relatando atribuições exigidas dos homens na contemporaneidade. Por exigência de um tempo corrido que sobrecarrega a vida, muitas falas trazidas pelo grupo evidenciam sofrimentos produzidos por esses lugares socialmente construídos, tais como de uma masculinidade provedora das necessidades cotidianas, em que o não cumprimento de tal exigência lança os homens em situações de vergonha, tristeza e sentimento de impotência. Mesmo que hoje essa tendência tradicional do homem provedor esteja em declínio, pelas mudanças no mundo do trabalho em escala global, ainda esses papéis assumidos “do ganha pão” se confundem nas expectativas de serem reconhecidos em diferentes esferas de poder que relacionam trabalho e masculinidade:

Artigos

– V., NÃO VIVERIA UMA VIDA DESSA EM CASA. ESTOU NO INSS E ESTOU TRABALHANDO, MINHA ESPOSA TRABALHA TAMBÉM. NÃO CONSEGUIRIA FICAR EM CASA, SENDO SUSTENTADO, FIQUEI 15 DIAS COM A PERNA ENFAIXADA E NÃO CONSEGUI FICAR QUIETO; – R., ESTOU CANSADO; – W., EU ESTAVA PRATICAMENTE TRABALHANDO DIRETO, QUASE NÃO DORMIA. ADMINISTRAR É PSICOLOGICAMENTE DIFÍCIL, É ESTRESSANTE, COM AJUDA É MAIS FÁCIL. SOZINHO ÀS VEZES NÃO SE PENSA DIREITO. TRABALHO É COMIGO, ESTÁ PESADO. FAÇO MUITA HORAS EXTRAS, PARA GANHAR DINHEIRO E PARA SER BEM VISTO NA EMPRESA; – T., [...] ESTOU SEMPRE CANSADO, TRABALHO ATÉ A MEIA NOITE, TODOS OS DIAS FAÇO 8 HORAS, FIM DE SEMANA, 12 HORAS. SE TIVER QUE FAZER DUAS COISAS NÃO DÁ CERTO [...]; – B., EU CHEGO À MEIA NOITE EM CASA E SAIO NOUTRO DIA AS 7H.

A intensidade de horas de trabalho relatada pela maioria dos participante do grupo denúncia uma sensação de exaustão permanente, onde muitas vezes vir aos encontros do grupo é considerado um momento reconhecido como seu, de um respiro no qual procuram se desfazer dos papéis prescritos, das obrigações diárias de trabalho e de uma rendição que vai dando lugar à experiência acolhedora do existir compartilhado. Para Barker (2010, p.134), “não podemos, nem devemos, separar justiça de gênero de justiça social”.

[...] ao usar gênero para se referir a mulheres e homens e às relações entre eles, os devem os homens ser incluídos apenas para compensar as desigualdades que as mulheres enfrentam, ou também é possível conceber que os homens possuam suas próprias necessidades e vulnerabilidades, no que diz respeito ao gênero, que devem ser incluídas em políticas públicas? E o estresse econômico poderia ser considerado como tendo efeitos de gênero em mulheres e homens? Podem e devem políticas sociais perseguir um objetivo social, moldados a partir de uma nova visão de equidade de gênero e relações cooperativas entre homens e mulheres? [...] (Barker, 2010, p.126).

Os movimentos sensíveis de reflexões sobre si mesmo que se produzem no grupo vêm como expressão de trajetórias de vida, de experiências com as exigências de um masculino prescrito. O grupo explicita questões que envolvem relações de incertezas e violência que só se desdobram com a presença do outro:

– M., fala da educação diferente entre homens e mulheres. Diz que ele tenta criar igual mas não consegue. A guria brinca de boneca e o guri de carrinho –M., as cores também, rosa, azul, não vou dar uma bicicleta rosa para o menino; – F., eu estou acostumado com gritos todos os dias, minha irmã grita com a minha sobrinha, minha mãe grita com a minha irmã e meus colegas de trabalho passam

Artigos

gritando.. Hoje vai ter grito, minha irmã está de niver, vai ficar gritando: não come isso, outro ignorante ouve e já grita: deixa ela comer. A maioria das festas são assim, natal, ano novo, aniversários, etc.; **L.**, Eu perdi meu pai quando tinha 7 anos. O meu pai era machista e minha mãe ignorante. Eu fui criado com brigas. Meu pai deve ter mais ou menos 10 filhos. Minha mãe era nova e ele tinha 67 anos. Lembro que ele juntava os filhos, ele bebia, batia na minha mãe com faca. Ele era super covarde.

Fica bastante clara a ausência de espaços de falas e de escuta marcando a vida daqueles sujeitos desinvestidos de movimentos de (trans)formação, mas estereotipadamente designados como homens “perigosos”, “violentos”, e por decorrência, à margem da atenção e dos serviços básicos de promoção de saúde:

– **M.**, meus irmãos cresceram no centro de Porto Alegre, viraram mendigos. Um morreu com HIV, outro foi preso. Eu tinha 7 anos e ainda me lembro o que meu pai fazia com a minha mãe, – **B.**, Minha vó era muito violenta. Meu irmão a Brigada matou, nunca tive pai. Tinha briga dos meus avós. Eu disse que não queria isso e repeti; – **H.**, Na minha casa meus pais bebiam demais; - **C.**, Eu me criei adotado. Meu pai e minha mãe cheiravam loló e depois minha mãe entrou na pedra, um dia cheguei do colégio e minha casa estava toda aberta, minha mãe cheirou tudo; – **L.**, Eu acho que a culpada de tudo isso era a minha mãe. Ela via que o cara escorraçava os filhos dela e ficava com ele; – **D.**, Me criei na rua, em baixo dos viadutos. A maioria das vezes que saí de casa era porque era escorraçado em casa, não gosto de violência; – **I.**, Meu pai dava de facão na minha mãe por 50 anos. Ela não sabia o que fazer, éramos três irmãos homens e não sabíamos o que fazer; – **V.**, é difícil pensar, às vezes a gente não se nota.

Embora o motivo específico da constituição do grupo esteja relacionado à violência de gênero, a maioria dos participantes inicialmente se sente injustiçado, por estarem sendo obrigados a participar do grupo de reflexão. Para eles suas (ex)companheiras também precisariam de ajuda pois entendem que sem a participação das mulheres é um caminho de mão única, por não potencializar todos os envolvidos na relação.

Essa demanda anunciada pelos participantes do grupo desloca a encomenda judicial primeira, do cumprimento do “acordo” pelo homem em juízo, expandindo a problemática para o campo relacional entre homens e mulheres, incluindo uma dimensão até então impensável na composição inicial do grupo. A participação das mulheres não estaria em desacordo com a perspectiva da LMP (2006).

[...] Ao fundo do rio e de mim desce como um lento e firme pulsar de coração/ Agora o céu está mais perto e mudou de cor./ É todo ele verde e sonoro porque de ramo em ramo acorda o canto das aves./ E quando num largo espaço o barco se detém, o meu corpo despido brilha debaixo do sol, entre o esplendor maior que acende a superfície das águas./ Aí se fundem numa só verdade as lembranças confusas da memória e o vulto subitamente anunciado do futuro [...] (Saramago, 1985, p. 56)

Essas falas nos convocam a questionar o lugar identitário do homem como necessariamente “violento”, tensionando nossas práticas e lugares de intervenções da LMP numa perspectiva de possibilidades de novos arranjos existenciais que saem de lugares cristalizados e mecanismos unificadores operados por pensamentos dicotômicos e muitas vezes moralistas:

– **G.**, Estou separando as coisas da casa e do serviço. Estou indo bem, falta a parte dela. Para ela falta uma psicóloga. Ela desconta em mim. Falta um grupo para ela; – **M.**, eu não quero mais falar. As vezes tu sabe a queixa e não sabe a alegação. Eu passo algumas coisas minhas aqui, o que aconteceu; – **R.**, Nós estamos aqui no 6º encontro e no 2º foi falado porque não tem grupo para mulheres... estou aqui para aprender, porque a minha namorada não está aqui?.

Historicamente os homens são olhados nas suas necessidades genéricas e homogeneizantes, invisibilizados nas suas singularidades. O estar diante do outro no grupo cria um espaço de práticas de liberdade, onde se coloca em dúvida o mundo vivido. É um desfazer-se de alguns discursos totalizantes em que as masculinidades aparecem somente carregadas de aspectos violentos, desempenhos de dominação e virilidade, abrindo brechas a outras figuras existenciais. Dentro do campo do judiciário, para outros olhares além de punição, se inscrevem perspectivas multidisciplinares favorecendo a promoção da flexibilização dos diálogos e encontros plurais. No espaço grupal reflexivo de homens instituem-se tentativas renovadas de rupturas nas quais a violência não é vista como qualidade intrínseca desses homens que ali comparecem. “– **T.**, Eu não sou marginal; – **L.**, não matei ninguém; – **E.**, errei e estou pagando”.

[...] Uma ave sem nome desce donde não sei e vai pousar calada sobre a proa rigorosa do barco/ Imóvel, espero que toda a água se banhe de azul e que

Artigos

aves digam nos ramos por que são altos os choupos e rumorosas suas folhas [...] (Saramago, 1985, p. 56-57).

Debater abertamente seus problemas é, muitas vezes, um esforço até ameaçador para os participantes, pois em suas ações demonstram dificuldades de dialogar e rigidez dos papéis assumidos. A ampliação do conceito da LMP (2006) no que se refere à violência contra a mulher, violência física, sexual, psicológica moral e patrimonial, traz no seu bojo uma (pro)vocação para promover a desestabilização do pensar relações e de outros marcadores políticos relacionados à questão de gênero que se entrelaçam às categorias de classe, raça/etnia e que envolvem relações dinâmicas, fluídas em busca de direitos e justiça. Para Baêta Neves (2009, p.194), “o social é lugar de luta, ele foge por todos os lados. Como fazê-lo ‘gritar seus problemas’. Como fazê-lo repercutir?”. Já Ratto (2006) chama atenção para a liberdade a partir do pensamento de Arendt e Foucault:

[...] uma prática que se dá no espaço da ação política, no espaço público, e que sempre funciona em desalinhamento com as forças subjetivantes hegemônicas. Assim, um possível repovoamento do espaço público e da ação política passa pelo exercício de práticas de liberdade que deverão ser engendradas no próprio exercício da vida em sociedade. Brechas, frestas, espaços cavados no árido terreno [...] (Ratto, 2006, p. 38).

Desdobramentos de intervenções no campo do judiciário implicam aproximar experiências que promovam diálogos, que transcendam uma perspectiva apenas punitiva e problematize o mal-estar contemporâneo em suas inúmeras formas de violência públicas ou privadas. A possibilidade de pensar o espaço grupal como dispositivo de pequenas experiências de vir a se colocar no lugar do outro, sentir as necessidades e os desejos do outro, assim como os seus próprios, imaginando seu fazer diferente, cria a possibilidade de um começo de um espaço criativo, gerando novas sociabilidades. Para Birman (2006, p. 294) “[...] é preciso restaurar novas instâncias institucionais de mediação política, para que os processos de subjetivação possam finalmente se estabelecer e se contrapor em ato à despossessão de si engendrada pelo biopoder”.

[...] Então, corpo de barco e de rio na dimensão do homem, sigo adiante para o fulvo remanso que as espadas verticais circundam./Aí, três palmos enterrarei minha vara até a pedra viva./ Haverá o grande silêncio primordial quando as mãos se juntarem às mãos./ Depois saberei tudo [...] (Saramago, 1985, p. 57).

Considerações finais - outros ventos

Pensar o grupo nos leva a lançar neste ensaio um leque de tensionamentos diversos, como uma escrita provisória, que venha a produzir outros textos, dos quais lançamos pistas de acontecimentos para o futuro. Apoiamo-nos nos sopros das varreduras dos movimentos sociais feministas e de direitos humanos, abrindo frestas para discutir as derivas das masculinidades no contemporâneo, retirando o tema de um pensar homogêneo. O grupo de reflexão de homens instituído nas linhas duras do Estado dá voz e possibilidades de repovoamentos dos espaços públicos, como dispositivos a serem ofertados e capazes de resgatar ações que podem vir a animar e encorajar novas experiências, não apenas normativas, mas interferindo nas diferenças, na fluidez e nas pluralidades. Nestes movimentos, o político pode surgir sempre que os acontecimentos deixam de ser uma condição para ser uma nova experiência compartilhada, como processos de relações consigo e com o outro capaz de criar e recriar formas de relacionamento, em que alternativas de sociabilidade e comunidade podem fazer surgir o novo. Neste ensaio procuramos entender os grupos de reflexão no espaço jurídico como dispositivos potencializadores de políticas públicas e coletivas, como possibilidades de novos arranjos que venham a ser um exercício político no espaço público, em que se revelam pistas de atividades de criação, contingência, novidade, sociabilidade e experimentação de outros modos de existir.

A novidade do grupo é que favorece contaminações de relações de amizade, em que os jogos de papéis grupais encorajam o agir e pensar sem medo de ser capturado por uma identidade prescrita e dominante, aumentando as intensidades afetivas nas suas relações e descobertas plurais de formas de existência.

Da atividade do grupo como dispositivo de afirmação da vida emergem novas formas de ser homem e mulher, potências de transformação das identidades cristalizadas que constituem o discurso jurídico e, por vezes, também o discurso psicológico. O grupo tornou possível, de certo modo, dessubjetivar vítimas e agressores, abrindo espaços para emergência de outros sentidos e formas de vida, diálogo e pensamento. Não se trata, tampouco, de mera inversão de papéis. De “mulheres vítimas” e “homens agressores” não buscamos promover a

Artigos

vitimização masculina e a denúncia da violência judicializante do poder das mulheres. Ao contrário, procuramos entrever por meio do dispositivo grupal as forças que continuamente nos assediam no sentido de fixar identidades e, ao mesmo tempo, as forças disruptivas que favorecem o desfazimento dos preconceitos e das figuras preconcebidas pelos discursos de gênero.

Não se sabe tudo, nunca se saberá tudo, mas há horas em que somos capazes de acreditar que sim, talvez porque nesse momento nada mais podia caber na alma, na consciência, na mente, naquilo que se queira chamar ao que vai nos fazendo mais ou menos humanos (Saramago, 2006, p. 17).

O grupo afirma sua potência como dispositivo justamente por ultrapassar a encomenda judicial e ir ao encontro da abertura política e existencial para a pluralidade dos discursos, dos desejos, das crenças e das forças que constituem o mundo da vida cotidiana. Além de cumprir uma função de controle por meio do acompanhamento sistemático dos “acusados”, o grupo oferece a possibilidade de pensar, sentir e existir diferentemente, o que pode ser uma pista bastante profícua para as políticas públicas que procurem não apenas “fazer justiça”, mas para, além disso, promover saúde e favorecer a vida como deriva e transformação e colocar o estado à serviço disso tanto quanto seja possível.

Referências

- Barker, G. (2010). Trabalho não é tudo, mas é quase tudo: homens, desemprego e justiça social em políticas públicas. In: Medrado, B.; Lyra, J.(Ed.). *Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas* (pp. 125-137). Recife, PE: Instituto Papai.
- Barros, R. B. (1995). Clínica Grupal. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v. 7, n. 1, pp. 5-11.
- Barros, R. B. (2009). *Grupo: a afirmação de um simulacro* (2. ed.). Porto Alegre, RS: Sulina.
- Barros, R. B. (1994). Grupo e produção. In: Lancetti, A. (Ed.). *Saúde e loucura* (4. ed., pp. 144-154). São Paulo, SP: HUCITEC.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal estar e da resistência*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Granja A, E. & Medrado, B. (2009). Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1.

Artigos

Larrosa, J. A. (2004). Operação Ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. *Educação & Realidade*, v. 29, n. 1. (pp. 27-43).

Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha 2006 (2006). Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Lima, N.T. & Santana, J. P. (2006). *Saúde coletiva como compromisso: a trajetória da ABRASCO*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.

Ministério da Saúde. (2001). *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. (Cadernos de Atenção Básica n. 8). Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde. (2009). *Política nacional de atenção integral à saúde do homem: princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado em 11 de outubro de 2013, de www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_nacional_homem.pdf.

Neves, C. A. B. (2009). Gilles Deleuze e Políticas: interferências nos modos de se estar nos verbos da vida. In: Tedesco, S. & Nascimento, M. L. (Ed.). *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Porto Alegre, RS: Sulina.

Organização das Nações Unidas. (2006). *In depth study on all forms of violence against women*. New York, NY. Recuperado em 01 de maio de 2013 www.un.org/womenwatch/daw/vaw/v-sg-study.htm

Osório, L. C. E. A. (1986). *Grupoterapiahoje*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Passos, E. & Barros, R. B. (2010) A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Ed.). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre, RS: Sulina.

Peixot, C. A. (2013). *Michael Balint: a originalidade de uma trajetória psicanalítica*. Rio de Janeiro, RJ: Revinter.

Pichon-riviére, E.(2009) *O processo grupal*.(8. ed.) São Paulo, SP: Martins Fontes.

Ratto, C. G. (2006) Compulsão à comunicação: modos de fazer falar de si. *Educação e Realidade*, v. 31, n. 2, (pp. 27-42)

Saramago, J. (2006). *As pequenas memórias*. Lisboa, Portugal: Caminho.

Saramago, J. (1985). *Provavelmente alegria: protopoema*. (3. ed.) Lisboa, Portugal: Caminho.

Schramm, M. G. (n.d.). *Suposições básicas*. Mexican Institute of Group and Organizational Relations. Recuperado em 5 de maio de 2013 de www.continents.com/Art45.htm